



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

**PRO-REITORIA DE ENSINO
CURSO INTERDISCIPLINAR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
HUMANAS – GEOGRAFIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE GRAJAÚ**

MIRIAN DA SILVA LIMA

**OS DESAFIOS DO PONTO DE CULTURA BRILHO DA NOITE EM
GRAJAÚ/MA**

GRAJAÚ – MA

2023

MIRIAN DA SILVA LIMA

**OS DESAFIOS DO PONTO DE CULTURA BRILHO DA NOITE EM
GRAJAÚ/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas - Geografia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA Campus Grajaú como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas – Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues

GRAJAÚ – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva Lima, Mirian da.

OS DESAFIOS DO PONTO DE CULTURA BRILHO DA NOITE EM
GRAJAÚ/MA / Mirian da Silva Lima. - 2023.

48 f.

Orientador(a): Ubiratane de Moraes Rodrigues.

Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade
Federal do Maranhão, Grajaú - Maranhão, 2023.

1. Cultura Viva. 2. Política Pública. 3. Pontos de
Cultura. I. Moraes Rodrigues, Ubiratane de. II. Título.

MIRIAN DA SILVA LIMA

**OS DESAFIOS DO PONTO DE CULTURA BRILHO DA NOITE EM
GRAJAÚ/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas - Geografia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA Campus Grajaú como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas - Geografia.

Mirian da Silva Lima

Aprovado em: Grajaú - MA, 13 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.º Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.ª Dra. Rosimary Gomes Rocha (Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus pais Maria Raimunda da Silva e José Osmar da Silva Lima e as minhas irmãs por todo incentivo, confiança, dedicação e compreensão ao longo do curso e pelo apoio à realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A trajetória percorrida durante esse processo contou com o auxílio de muitas pessoas e sou imensamente grata por isso. Agradeço primeiramente à Deus, por me permitir superar todos os obstáculos encontrados ao longo do caminho, por ter me dado saúde e pelo livramento que ele me deu em abril de 2021 quando eu quase perdi minha vida, pois se não fosse da sua vontade eu não estaria aqui hoje, sem ele nada disso seria possível.

Agradeço imensamente a minha família e em especial aos meus pais Maria Raimunda e José Osmar, por sempre se fazerem presentes em minha vida, contribuindo com amor, apoio e sempre me incentivando, vocês são exemplos de seres humanos para mim e as minhas irmãs Rosângela, Rosana e Maiza pela amizade, companheirismo e atenção dedicados a mim sempre que precisei.

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de trabalho, onde fizeram parte desse processo de escrita, pois foi um dos principais ambientes ao qual eu me dedicava em escrever.

Deixo meus sinceros agradecimentos a minha amiga Sâmea que percorreu toda essa trajetória juntamente comigo, me ajudando a superar todos os desafios postos pelas disciplinas, se ela não estivesse ao meu lado teria se tornado bem mais difícil enfrentar esse caminho e ter superado todos os obstáculos.

Ao meu professor e orientador Ubiratane de Moraes Rodrigues, obrigada pela paciência, dedicação e pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo de escrita deste trabalho.

Sou grata a todo corpo docente da Universidade Federal do Maranhão que sempre transmitiram seu saber com muito profissionalismo. Finalmente, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

RESUMO

Em 2014 o Programa Cultura Viva completou 10 anos e desde então vem ampliando e garantindo o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades, entre outros. Os Pontos de Cultura já estiveram presentes em muitos estados do país e, em sua maioria, através dos convênios entre o governo federal e os governos estaduais por meio de Políticas Públicas de Cultura e se tornaram um local de referência em manifestações culturais. O objetivo deste estudo é investigar as políticas públicas para a cultura no município de Grajaú no Estado do Maranhão e analisar os desafios enfrentados pelo Ponto de Cultura Brilho da Noite na permanência como espaço de manifestações culturais do Projeto Cultura Viva. Trata-se de uma pesquisa de campo e bibliográfica de cunho documental visando investigar a existência e os impactos do ponto de cultura Brilho da Noite na cidade de Grajaú no estado Maranhão, procurando avaliar sua origem, seu desenvolvimento, existência, sua importância e como ele contribui para a cultura do município do Grajaú/MA. Os Pontos de Cultura são entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministério da Cultura para desenvolverem ações socioculturais em suas comunidades. Ao longo dos anos a experiência brasileira dos Pontos de Cultura cresceu em escala exponencial, com cerca de 2.500 unidades implantadas em todo país, ao mesmo tempo em que chama a atenção de governos e sociedade civil em países da Europa e da América Latina. Contudo, ainda há desafios a serem enfrentados no que tange a cultura no Brasil, como uma política cultural mais sólida e igualitárias, pois ainda vemos que o acesso à cultura é privilégio de poucos, pois preços altos, barreiras sociais e distância são os grandes fatores responsáveis pela percepção do brasileiro de que o acesso às atividades culturais no país é difícil.

Palavras-chave: Pontos de Cultura; Cultura Viva; Política Pública.

RÉSUMÉ

En 2014, le programme Cultura Viva a complété 10 ans et depuis lors, il s'est étendu et garanti l'accès aux moyens de jouissance, de production et de diffusion culturelle; renforcer les énergies sociales et culturelles, en donnant libre cours à la dynamique des communautés, entre autres. Les Pontos de Cultura sont déjà présents dans de nombreux États du pays et, pour la plupart, grâce à des accords entre le gouvernement fédéral et les gouvernements des États à travers les Politiques Publiques de la Culture et sont devenus un point de référence dans les manifestations culturelles. L'objectif de cette étude est d'enquêter sur les politiques publiques de la culture dans la municipalité de Grajaú dans l'État du Maranhão et d'analyser les défis auxquels est confronté le Ponto de Cultura Brilho da Noite dans sa permanence en tant qu'espace de manifestations culturelles du projet Cultura Viva. Il s'agit d'une recherche champ et bibliographique documentaire visant à enquêter sur l'existence et les impacts du Ponto de Cultura Brilho da Noite dans la ville de Grajaú dans l'État du Maranhão, cherchant à évaluer son origine, son développement, son existence, son importance et comment il contribue à la culture de la commune de Grajaú/MA. Les Ponto de Cultura sont des entités reconnues et soutenues financièrement et institutionnellement par le Ministère de la Culture pour développer des actions socioculturelles dans leurs communautés. Au fil des ans, l'expérience brésilienne des Pontos de Cultura a connu une croissance exponentielle, avec environ 2.500 unités mises en œuvre dans tout le pays, tout en attirant l'attention des gouvernements et de la société civile dans les pays d'Europe et d'Amérique latine. Cependant, il reste encore des défis à relever en matière de culture au Brésil, comme une politique culturelle plus solide et égalitaire, car nous constatons toujours que l'accès à la culture est un privilège pour quelques-uns, car les prix élevés, les barrières sociales et la distance sont les principaux responsables de la perception des Brésiliens que l'accès aux activités culturelles dans le pays est difficile.

Mots-clés: Pontos de Cultura; Culture Vivante; Politique Publique.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 Projeto Cultura Viva – Pontos de Cultura.....	12
3 Lei nº 103/2009 da Cultura Viva	16
4 O que é Ponto de Cultura?	17
4.1 Experiências desenvolvidas por outros Pontos de Cultura.....	22
5 A Lei nº 103/2009 da Política Pública da Cultura em Grajaú/MA	26
5.1 Grajaú e seus destaques culturais.....	31
5.2 O bairro Trizidela e o Ponto de Cultura Brilho da Noite.....	33
6 Crise da Política Pública da Cultura Viva e os impactos sobre o Ponto de Cultura Brilho da Noite	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
8 REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A Cultura é muito importante, pois ela proporciona o desenvolvimento pessoal e coletivo dos indivíduos na sociedade e através dela podemos construir nossa identidade. E dentro dos Pontos de Cultura o ser humano consegue estabelecer uma interação e a construir laços que possibilitem que ele se torne mais preparado moralmente e intelectualmente para a construção de uma sociedade bem fundamentada e estruturada.

Este trabalho tem como objetivo investigar o Ponto de Cultura Brilho da Noite como Política Pública no município de Grajaú Maranhão e analisar os desafios enfrentados pelo ponto na permanência como espaço de manifestações culturais do Projeto Cultura Viva.

O interesse em trabalhar com o referido tema se deu pela necessidade de entender e conhecer a realidade cultural do município, visto que a cidade não possui mais nenhum espaço para a realização das atividades culturais, possuindo somente este como referência e resistência do município. Como também da precariedade cultural local, pois se trata de um ponto de cultura quase inativo, e este trabalho parte do interesse de compreender essa realidade, bem como levantar questões na intenção de voltar olhares sobre esse espaço cultural¹.

Valorizar e apoiar as atividades culturais de uma comunidade é compromisso dos indivíduos no ambiente ao qual está inserida (SILVA & CALABRE, 2011, p. 111-112), a autora acredita que o ponto de partida dos Pontos de Cultura é o conhecimento dando a ideia de identificar e corroborar com os problemas sociais, esses espaços culturais que já existiam na sociedade e que só precisavam de um reconhecimento da Lei para se tornarem Pontos de Cultura, estes que já eram considerados como espaços para atividades culturais, mas só precisavam ser reconhecidos para serem apoiados, dessa maneira, precisavam de um incentivo para que aquela cultura que existe ou existia vir a tomar um ponto de partida para colocá-los em prática (LACERDA, 2010, p. 38).

Como se sabe, a cultura é essencial para a população, pois ela contribui na formação dos indivíduos nas suas relações com a comunidade, na participação dos

¹ Embora reconheçamos que existam outras variáveis que contribuem para a manutenção dos pontos de cultura, optamos em trabalhar o aspecto financeiro. Tendo em vista que a questão econômica é a principal problemática do ponto estudado, pois para que tenha pelo menos o básico, é necessário que tenha recursos para se sustentar.

grupos sociais, sendo fundamental para que o ser humano se relacione bem com os demais. Dessa maneira, é nesse sentido que buscaremos investigar o Ponto de Cultura Brilho da Noite em Grajaú - MA.

Para Santos (2020), as políticas públicas são o resultado da busca dos interesses que a sociedade reivindica, os interesses podem partir desde algo mais particular como algo que atenda a toda uma população/região, como algo que atenda uma sociedade em geral. De acordo com o autor podemos entender por essas políticas como: a construção de estradas, saneamento básico, saúde, segurança pública, cultura, lazer e entre outros. Nesse sentido, este trabalho tem como problemática a seguinte pergunta norteadora: quais os desafios enfrentados pelo Ponto de Cultura Brilho da Noite ao longo de sua trajetória como espaço voltado às manifestações culturais na cidade do Grajaú/MA?

Para o desenvolvimento deste trabalho, esta escrita foi realizada através da análise de campo e bibliográfica que envolveu uma análise de referências teóricas e documentais, visando investigar a existência e os impactos do Ponto de Cultura Brilho da Noite na cidade de Grajaú no estado do Maranhão. Para isso, buscamos compreender a ideia de desenvolvimento cultural presente no ponto estudado de acordo com documentos legais. Procurando avaliar sua origem, seu desenvolvimento, existência, sua importância e como ele contribui para a cultura do município de Grajaú - MA. Dessa maneira, a partir de leituras teóricas e pesquisas de campo, buscou-se entender as atividades desenvolvidas pelo ponto observado. Para compor o escopo desta pesquisa foi investigada a história do Ponto de Cultura Brilho da Noite onde foram retiradas informações sobre sua história, o seu processo de desenvolvimento, importância e a contribuição local para as manifestações culturais do município.

O trabalho também teve como principais aportes teóricos e documentais a Lei nº 12.527/2011 que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal (CF), CALABRE (2011) e reconhecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e entre um dos documentos mais importantes para esta pesquisa temos o texto intitulado como “Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima” escrito por Célio Turino em 2010, assim como outros artigos escritos por ele com a mesma temática. Dessa maneira, com o apoio a esses materiais foi realizada a pesquisa de artigos, teses e dissertações que abordaram a mesma temática ou semelhantes.

Disto isso, esse trabalho se dividiu com os seguintes tópicos: Projeto Cultura Viva – Pontos de Cultura, onde foi trabalhada sobre a criação e objetivos do Projeto Cultura Viva. Logo depois abordamos sobre a Lei nº 103/2009 da Cultura Viva, onde discutimos sobre o objetivo e direitos culturais da sociedade brasileira. Logo depois, foi discorrido sobre o tópico: que é Ponto de Cultura? Aqui apresentamos sobre seus conceitos e entendimentos sobre os pontos. Em seguida, apresentamos a Lei nº 103/2009 da Política Pública da Cultura em Grajaú/MA, onde tratamos sobre as leis presentes no município. Imediatamente, debatemos sobre a Crise da Política Pública da Cultura Viva e os impactos sobre o Ponto de Cultura Brilho da Noite, no qual apresentamos sobre a crise cultural que a cultura do município vem enfrentando e por último foi trazido às considerações finais, fazendo um apanhado geral do trabalho.

2 Projeto Cultura Viva – Pontos de Cultura

Em 2014, o Programa Cultura Viva celebrou 10 anos de sua criação. Durante o percurso, essa ação ganhou visibilidade no Brasil e, também, na América Latina com distintos contornos (LIMA, 2014, p. 20).

A autora supracitada considera que a construção da Cultura Viva, é visto como um processo de visibilidade cultural que está expresso por muitos elementos os quais auxiliam na construção para estabelecer o percurso de direção do programa e, dessa forma, vai realçar sua força enquanto programa cultural.

O Programa Cultura Viva foi criado em 2004 por meio da Portaria Ministerial nº 156, sob a responsabilidade da Secretaria de Programas e Projetos Cultural (SPPC), posteriormente transformada em Secretaria da Cidadania Cultural (SCC) (MOTA, 2012, p. 110).

O Programa tem como objetivos: ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades, entre outros. A base do Programa é o Ponto de Cultura, fruto desta pesquisa e que serão conceituados e analisados neste trabalho, a partir de sua trajetória e das conexões estéticas e políticas instituídas entre as organizações beneficiárias dele (DE LAVOR et al., 2015, p. 58).

Assim, é muito importante garantir o sustento, a permanência e a atuação dos pontos, pois servem de base de apoio para as comunidades. De acordo com uma avaliação do IPEA, em 2007 havia 526 pontos de cultura conveniados em todas as regiões do país (em 2010 esse número já ultrapassava as 2.500 unidades) e, em sua maioria, através dos convênios entre o governo federal e os governos estaduais (PRADO, 2014, p. 70).

Áreas de atuação dos Pontos de Cultura (Em %)

Arquitetura	1
Artes gráficas	5
Artes plásticas	7
Artesanato	7
Audiovisual	9
Cineclube	6
Cinema	3
Circo	2
Dança	7
Fotografia	6
Grafite	3
Literatura	8
Música	12
Teatro	8
Manifestações populares	10
Outros	7

Fonte: Pesquisa Avaliação do Programa Cultura Viva, FUNDAJ/Ipea.

Os Pontos de Cultura já estiveram presentes em vários estados do país, no entanto, hoje a realidade é outra, pois os pontos se encontram em condição de decadência e com o Ponto de Cultura Brilho da Noite não é diferente, visto que se encontra sem receber recursos para se manter a muitos anos, e, por isso, passa por essa extrema crise e resistindo, somente, pela força de vontade de seu diretor.

Essa quantidade de pontos foi fundamental para a cultura e que propiciou as formas de pensar as políticas públicas de culturais e implica se pensar, fundamentalmente, nos povos e comunidades tradicionais que originaram esse povo, que construíram e constroem o país, que ocupam e fazem acontecer à vida na cidade, e que, para além da cotidianidade de seus mundos, inventam diferentes formas de se expressar e se manifestar no campo simbólico. Assim como coloca Miguel Bonumá Brunet:

Em rituais, cultos, danças, cantos, folguedos, folias, cirandas, bandas, sambas, no antigo e novo circo, nas trupes teatrais, nas performances, nas intervenções urbanas, no artesanato, grupos artísticos e culturais se reinventam no campo social e estético, ao mesmo tempo em que

criam formas de sobrevivência, luta e resistência (BRUNET, 2019, p. 103).

Uma Política de Cultura não é desvinculada da Política Pública ambas possuem as mesmas origens. Dessa maneira, as Políticas Públicas tiveram início no Brasil a partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, na intenção de construir no país a sensação de reconhecimento de brasilidade (TURINO, 2013). Contudo, foi no ano de 2003, através do marco para as políticas públicas de cultura no Brasil, a partir do célebre discurso do ministro de cultura Gilberto Gil (2003), durante sua posse:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos². Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável.

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Para fazer uma espécie de “do-in” antropológico³, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (GIL; MINC, 2003, p. 05)

O ministro sustentou a proposta de que não é papel do Estado realizar cultura, mas de promover uma espécie de DO-IN antropológico para liberar as energias sociais represadas (LIMA, 2014, p. 21).

² Mentefatos: referem-se às ideias, valores e crenças compartilhadas de geração em geração, como, por exemplo, a religião, a língua, os pontos de vista, as leis e os conhecimentos desenvolvidos e difundidos pelos membros de grupos culturais distintos. (ROSA; OREY, 2015).

³ DO-IN antropológico: prepara ambientes favoráveis à interação de agentes culturais; o fomento à pesquisa e aos processos criativos; a atuação e a viabilização das expressões culturais, sua difusão, acesso, participação e articulação entre todas as esferas da sociedade. Esse conjunto de fatores busca gerar um círculo virtuoso que garanta o desenvolvimento e a participação de toda a população nessa dinâmica. Disponível em: <https://culturaemercado.com.br/do-in-antropologico/> Acesso em 18/05/2023.

A partir dessa realidade do surgimento dessa política, é importante destacar que os Pontos de Cultura existem a partir de uma realidade local, e, ao mesmo tempo, de acordo com o repertório cultural de determinado grupo. Assim, cada Ponto é diferente do outro, embora possam desenvolver atividades parecidas (BEZERRA et al., 2011, p. 195).

Segundo Bezerra, os pontos de cultura vão ser desenhados de acordo com a realidade de cada grupo e dessa maneira cada um possui suas especificidades, ainda que desenvolvam as mesmas manifestações culturais, cada um possui suas diferenças e particularidades. Assim, os pontos de cultura possuem a identidade de sua comunidade.

Nesse sentido, os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local (AROSTEGUY & GOMES, 2020, p. 80).

Diante disso, o Programa Cultura Viva é uma política pública de estímulo das belezas sociais que os pontos de cultura nos proporcionam. Visto que, é um conjunto de trabalhos, escolhas, interações e troca de conhecimentos que no fim resulta em algo surpreendente.

Logo, é importante mencionar que os Pontos de Cultura funcionam em parcerias, possibilitando a troca de experiências entre os grupos. Aqueles que fixarem uma parceria com os pontos, deverão ter compromisso para com as atividades, e dessa maneira, os pontos vão mostrar sua imagem de acordo com a realidade do grupo inserido nele (BRUNET, 2019, p. 58).

Assim, ao estabelecer aos pontos essas conexões é possível trabalhar em coletividade, fazendo a troca de conhecimentos e pode ser entendido como um lugar para construir cultura, um local das pessoas, abrindo um espaço que acolham aqueles grupos sociais considerados minorias, e dessa forma possam desenvolver projetos culturais nas comunidades.

Nessa reflexão, os Pontos de Cultura apesar de já existirem enquanto espaços para realizações culturais existem alguns parâmetros a partir da lei para que sejam liberados recursos para a sua existência, e isso acontece através das políticas de culturas onde possuem o papel de promover e apoiar a cultura local. As políticas de cultura surgiram a partir da realidade de cada sociedade, pois possuem necessidades diferentes,

e quando se fala disso é importante deixar claro para que esses pedidos de verbas sejam atendidos, é necessário a permissão dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesse sentido, as políticas públicas nacionais têm como objetivo de suprir com as necessidades de uma comunidade e ajudam com ações para o bem-estar da sociedade. Assim o interesse público serve como estímulo para melhorias movidas pelas Políticas Públicas Nacionais (PPN), desde que, esteja dentro dos parâmetros da Lei nº 12.527/2011.

Portanto, o projeto Cultura Viva tem como objetivo promover o acesso à cultura a todas as comunidades brasileiras, na intenção de que sejam criados pontos culturais que promovam bens culturais, suas ações buscam apoiar aqueles pontos que não possuem muita visibilidade, ou seja, instituições que já existem e que possuem atividades em desenvolvimento, mas que não são reconhecidas pelas políticas de cultura. O programa acredita na intensificação daquilo que já existe, buscando fazer a potencialização disso e compreende mostrar novas concepções de ponderar o Estado em suas obrigações e com isso faz com que se abram novos desafios com diversos sujeitos, bem como, abrir um espaço de novas oportunidades, onde será possível compartilhar conhecimentos e experiências.

3 Lei nº 103/2009 da Cultura Viva

A Lei de Cultura Viva tem como principal objetivo garantir que a população nos mais baixos níveis de pobreza tenha acesso aos direitos culturais, para que assim possam desenvolver trabalhos, desenvolver artes e até mesmo construir ligações com o ambiente ao qual está inserido, na intenção de que estabeleçam melhores relações de vida e em grupo, cujas atuações podem fazer parte das áreas da educação, artes, linguagens entre outras. Dessa maneira, a Lei de Cultura Viva visa preservar os direitos da população brasileira historicamente deixada de lado, por exemplo: populações mais pobres, negros e indígenas.

A Lei de Cultura Viva é um Programa de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva é guiado por diretrizes políticas referentes à ampliação do acesso à cultura, à descentralização da gestão cultural, à integração da diversidade de linguagens e expressões artísticas, além da articulação da cultura com outros setores sociais, como educação, comunicação e saúde (VILUTIS, 2011, p. 111).

É interessante mencionar que a Lei Cultura Viva (LCV) é vista como um potencial modificador das relações existentes entre o Estado e a sociedade por meio da institucionalização do Programa. O importante é tensionar se esta institucionalização não seria considerada um contrassenso em vista à defesa de uma política pública que se preocupe com o dado real da vida cultural, e não, apenas, com a letra da lei (KLANG, 2010, p. 161).

A Cultura Viva tem como público-alvo a formação de grupos mais jovens, e procura desenvolver atividades culturais que despertem o interesse deles, visto que, esse fator assegura os pontos de cultura, pois são estímulos bastante relevantes, por um lado o programa deve procurar assegurar esse grupo com apoio e recursos, deve tentar suprir com as necessidades existentes. Mas, por outro lado, existe o desafio de reconhecer cada uma dessas pessoas e entender que possuem suas particularidades, suas vontades, desejos e diferenças que precisam ser respeitadas dentro desse espaço, pois os pontos de cultura devem acolher esses sujeitos e entender suas especificidades dentro desse ambiente da diversidade (BARBALHO & BEZERRA, 2015, p. 112).

É interessante mencionar sobre como o social é empregado dentro destes locais, uma vez que se trata de uma sociedade precarizada com alto índice de pobreza, e se faz necessário inserir algo pensado nesses jovens que estão incluídos nestes ambientes.

De acordo com uma avaliação feita pela IPEA sobre o universo de Pontos de Cultura de 2007, os jovens compõem o público participante prioritário das atividades de 67% dos entrevistados. Além disso, 64% dos trabalhadores permanentes são jovens, o que reforça o papel central ocupado por eles nesta ação pública de cultura. Assim, o programa procura encaixar esse público dentro da cultura juvenil, na intenção de que essa técnica seja vista como um elemento incentivador para as políticas culturais e seja possível ouvir a voz deles, no interesse em trabalhar com a singularidade destes, construindo esferas sociais que integrem e testem as condições juvenis dentro da cultura (CALABRE & LIMA, 2014, p. 112).

4 O que é Ponto de Cultura?

Célio Turino caracteriza que “a origem do nome Ponto de Cultura se deu quando da posse do Ministro Gilberto Gil “um *do-in* antropológico, um massageamento de

pontos vitais da nação”. Refere-se à nação não apenas como conjunto de estereótipos e tradições, mas também como um organismo vivo que precisa ser alimentado e se manter em equilíbrio” (BRASIL, 2004, p. 16).

Neste sentido podemos entender que a tarefa dos pontos de cultura é reconhecer e prestigiar as atividades, projetos e manifestações apresentadas por eles. Entende-se que os pontos culturais contêm contribuições para sustentar atividades que a comunidade objetiva, bem como representar manifestações básicas e tradicionais, na intenção de que se possa estar sempre se alimentando com os indivíduos, trabalhando em atividades culturais em desenvolvimento, visto que estes espaços precisam ser vistos como um organismo que possui vida e a cultura precisa estar viva dentro de cada um que pertence a este espaço cultural.

Já o conceito de cultura varia muito dentro dos pontos de cultura, visto que a ela é algo que depende do local em que está inserida. Pois cada espaço acrescenta em sua comunidade sua temática cultural, o tema envolve muitas sociedades as quais possuem costumes, hábitos, crenças e valores diferentes (DOMINGUES & ALBINATI, 2017, p. 16).

Não podemos negar que a contribuição do Programa Cultura Viva para o avanço das políticas públicas culturais no Brasil ultrapassou o campo da cultura. O aspecto mais importante está, por mais contraditório que possa parecer, nos incontáveis problemas enfrentados na sua gestão. As dificuldades foram de toda ordem. As exigências legais impostas aos Pontos de Cultura são extremamente difíceis de serem aplicadas, ainda que as instituições possuam uma gestão eficiente, por um lado, e que o Ministério ou secretarias de cultura ofereçam suporte aos Pontos, por outro. Os entraves impostos pelo Estado à gestão de um governo democrático, ainda que pareçam paradoxais, não o são, porque a gestão opera em um terreno que não se esgota no administrativo, no manuseio de sistemas e recursos, e todo esforço para governar melhor ou administrar com maior eficácia são inerentemente políticos, ultrapassando, portanto, o campo gerencial (MOTA, 2012, p. 9).

Esses impedimentos geram um mal funcionamento nas atividades dos pontos de cultura, visto que necessitam desse suporte. Assim, se o Estado não cumprir com esses deveres, resultam em problemas para o funcionamento dos espaços culturais. Enfim, qualquer atuação dos pontos de cultura, precisam ser repassados à gestão do Estado.

O problema reside justamente no fato do Estado não ter o histórico de estabelecer parcerias formais com parte de grupos sociais, distanciando-se, cada vez mais, de seus representantes, desconhecendo ou se tornando insensível à realidade dessas entidades, que, em sua grande maioria, não possuem um corpo funcional fixo, dependem de voluntários para a execução de suas atividades, e, assim, não conseguem também contar com uma sistemática de funcionamento no âmbito de sua estrutura administrativa (MOTA, 2012, p. 10).

Os pontos de cultura podem agir em muitos sentidos, pois abrangem áreas da linguagem, expressões culturais, artísticas, culturas dos povos tradicionais, como os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e entre outros. Depende do lugar/ambiente ao qual se fala sobre o ponto de cultura, pois, cada um possui suas características, embora muitas vezes pratiquem as mesmas atividades, isso vai mudar de acordo com o desenvolvimento e costumes de cada comunidade.

Os Pontos de Cultura são territórios talvez menores que os polos, mas que possuem aspectos que os definem como territórios criativos, sobretudo o potencial que têm para a transformação local, através da produção da cultura, do empoderamento e da capacitação da população, do acesso à cultura, do consumo da cultura e da ampliação de repertório e de diálogos, a partir da valorização da diversidade cultural (RIBEIRO et al. 2014, p. 196).

Eles compreendem as necessidades da população ali presente, então, se o Estado abraçar essa ideia, esses espaços culturais vão ser tidos como um referencial para essa sociedade. Pois, quando um ponto cultura tem apoio e reconhecimento do Estado/município, os movimentos culturais têm uma força maior ao realizarem suas atividades, visto que, se tornam independentes e ao mesmo tempo podem se amparar naquele que os asseguram.

O reconhecimento e o apoio das ações relacionadas à cultura, sobretudo dos Pontos de Cultura por parte do Estado, representado pelo governo federal, no entanto, precisam ser analisados, a fim de acompanhar seus impactos, potencialidades e contradições. Com isso, será possível identificar tensões e avanços nesta relação do Estado com expressões culturais que já existiam, independentes da presença ou ausência dele, além do que se mostra urgente redefinir na direção de uma política de cultura para o país (TURINO, 2010, p. 170).

Diante disso, é importante destacar que mesmo quando se fala do mundo cultural, nada fica ileso às cobranças do capitalismo, hoje, tudo é visto como produto de venda. E principalmente quando se trata de relações que envolvem o Estado.

Prado (2014), fala que no campo das artes e da cultura, certamente, não escapa também dos dilemas e impactos provocados pelo capitalismo, em que quase tudo é absorvido pelo mercado e se transforma em mercadoria, consumo e consumidores, impondo seus limites e impasses tanto à autonomia e à emancipação da sociedade, quanto ao papel exercido pelo Estado.

Os Pontos de Cultura abrangem uma vasta dimensão cultural, tem como propósito a organização das relações dos grupos sociais, que seja um direito de todos e esteja disponível a todos, sem que haja privilégios para alguns e restrita para outros, que seja feita com democracia (LACERDA, 2010, p. 114).

A partir da citação, entende-se que dentro do ambiente cultural a democracia se faz necessária, para que seja possível exercer um papel de igualdade perante a todos ali presentes, sem que haja falhas durante o processo da diversidade, evitando que aconteçam maiores benefícios para alguns, enquanto outros ficam restritos de certos direitos.

Vilutis (2011) fala que, o elemento comum que liga a arte e a política é serem, ambas, fenômenos do mundo público. Este é compreendido neste estudo enquanto mundo comum, de iguais, no qual se compartilham experiências e significações, lugar em que se preserva as tradições e a novidade e se vivenciam os princípios e os fundamentos universais. A política, enquanto condição de dignidade, exige a pluralidade humana e esta, por sua vez, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença.

Nessa reflexão, é possível entender que se a cultura for entendida de maneira amplificada, ele perde esse sentido de ser somente um meio artístico, e passa a ser entendido como um universo muito extenso que abrange a coletividade e o compartilhamento de experiências culturais, práticas, condutas e ações (VILUTIS, 2009, p. 113).

Nesse sentido, entende-se que a cultura pode ser vista como um exemplo de política pública e que pode atender desde uma coisa muito específica, até algo que compreenda um conteúdo bem mais extenso. Quando se fala neste primeiro ponto, podemos entender a cultura dentro de ambientes pequenos como os próprios pontos de

cultura, aos quais vão atender determinada comunidade. Quando a tratamos como uma vasta dimensão cultural, podemos entendê-la em grande proporção para dá o suporte a um universo bastante diversificado.

Se a cultura for pensada de forma simbólica, pode-se perceber que ela é formada por ocorrências históricas e se estabelecem como práticas sociais, criando espaços culturais divergentes dentro das diferentes sociedades. Nesse sentido, a cultura passa a ser vista como um elemento de transferência de valores, comportamentos, costumes e práticas esses que vão passando de geração em geração (BRUNET, 2019, p. 113)

Araújo (2008) chama atenção para o fato de o discurso do lugar social do jovem ter-se deslocado da violência para a mudança social, incidindo na defesa de que os jovens seriam os atores fundamentais das mudanças ou os agentes do desenvolvimento, imagens que funcionam como modelos normativos, situando-se, muitas vezes, distantes da realidade deste segmento etário e de seus modos de vida.

Essa ideia reforça o interesse de construção de políticas públicas que demonstre um entendimento desse grupo de jovens como sujeitos corretos e que desenvolvam em pleno exercício as suas atividades, com igualdade e liberdade de usufruir seus direitos, envolvendo seus desejos, como também alcançando poder. A cultura serve como uma categoria da vida e criadora da sociabilidade, valores, desenvolvimento e identidade das pessoas (BERNADERET et al., 2014, p. 115).

O desenvolvimento juvenil dentro do espaço cultural é entendido como a construção de identidades culturais. Partindo da ideia de que a cultura é um dos principais agentes que concebe as particularidades das condições juvenis, e a cultura possibilita a livre expressão de direitos destes e permite colocá-los em prática, exercendo a cidadania cultural (AMARAL, 2011, p. 111)

Estabelecendo a inserção desses jovens dentro deste ambiente a fim de estimular a socialização cidadã, reforçando a construção de identidade e em oportunidade podendo tirar jovens em situações de rua e drogas, fazendo assim a inclusão social e gerando oportunidades de empregos através da cultura para jovens de baixa renda (BERNADERET et al., 2014, p. 96). Neste ambiente, o jovem vai ser visto como um agente transformador, vai ser o protagonista da mudança social ao qual vai refletir em uma visão futura. Neste ponto de vista, ele é tido como sujeito em fase de formação (CAMPOS, 2007, p. 116).

4.1 Experiências desenvolvidas por outros Pontos de Cultura

Dentre algumas experiências que podemos relatar durante a escrita deste trabalho, destacamos: a do Ponto de Cultura de Pernambuco “Estrela de Ouro de Aliança”, onde trabalharam meios de contribuição para a evolução e desenvolvimento local.

O Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança através dos recursos oriundos do Programa Cultura Viva, teve como ações, em primeiro momento: produzir três CDs e três documentários em vídeo; adquirir novos instrumentos; reformar os figurinos; melhorar a estrutura física do local com a intenção de abrigar os estúdios de gravação; e promover encontros com outros artistas populares das regiões vizinhas para desenvolver a integração, o comércio e o turismo locais e o fortalecimento das manifestações populares. (CALABRE; BARBOSA, 2011, p. 212)

Assim, com o objetivo de valorizar o desenvolvimento da comunidade local, o ponto mencionado visa garantir melhores condições de vida e valorizar os talentos presentes na comunidade. Diante disso, as atuações do ponto se expandiram há muitos lugares, suas manifestações agregam muitas variedades de costumes, valorizando e promovendo aqueles que fazem parte das atividades.

Figura 1 - Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança



Fonte: cultura - PE.

Figura 2 - Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança



Fonte: cultura – PE.

O segundo ponto que podemos destacar é o de Natal-RN, no qual o principal objetivo é conhecer as atividades desempenhadas pelo Ponto de Cultura de Natal. Neste ponto trabalhou-se o desenvolvimento e métodos de economia para a comunidade local.

Foram trabalhados da seguinte maneira: 1. por sensibilizar, os grupos envolvidos nos Pontos de Cultura para as potencialidades econômicas das suas atividades e produtos culturais; 2. por levar alunos do curso de Produção Cultural a pensar e desenvolver, conjuntamente com os Pontos de Cultura, ações para os setores criativos; e 3. por iniciar um processo inédito no Estado do Rio Grande do Norte de reconhecimento e desenvolvimento das potencialidades econômicas dos Pontos de Cultura da capital (RIBEIRO et al, 2014, p. 200).

Figura 3 – Ponto de cultura Natal-RN



Fonte: cultura Rio Grande do Norte.

Figura 4 - Ponto de cultura Natal-RN



Fonte: cultura Rio Grande do Norte.

Neste sentido, o ponto tem como objetivo conhecer a realidade das comunidades e oferecer suporte a esses grupos de pessoas, conscientizar sobre questões econômicas criativas e prepará-los para empreender, tecnologia e administração.

E por último, destacamos o Ponto de Cultura de São Luís, em que faz uma realização sobre os direitos das Políticas Públicas de Cultura. Esta experiência conta em debater sobre os estudos proporcionados entre teoria e prática que as essas políticas trazem, buscando esclarecer as necessidades e os entraves postos a elas.

A Rede São Luís de Ponto de Cultura foi pensada para “capacitar estas organizações culturais pela manutenção e preservação do patrimônio cultural imaterial no Município de São Luís – MA” (SÃO LUÍS, 2017, p. 4), sendo planejada também com o fim de “fomentar o reconhecimento, a articulação e o fortalecimento da Rede Cultura Viva na cidade, para promover ações de formação; assistência e intercâmbio; participação social e mobilização em rede; informação, promoção e comunicação” (SÃO LUÍS, 2017, p. 4).

Com isso, é evidente que o referido ponto foi criado como forma de proteção aos direitos e espaços culturais do município, a fim de que dessa maneira consigam incentivar e garantir a participação por muito mais tempo do Projeto Cultura Viva em suas atividades. E dessa maneira possam dar uma maior assistência e colaboração para a comunidade local.

Figura 5 - Rede São Luís de Ponto de Cultura



Fonte: secult.

Figura 6 - Rede São Luís de Ponto de Cultura



Fonte: CPL.

Diante das experiências mencionadas, é evidente que os Pontos de Cultura sempre passaram por dificuldades de sustento e atuação, sendo que, a realidade deles são muito parecidas, e nos dias atuais os problemas são ainda maiores, pois como já comentado ao longo deste trabalho, os mesmos se encontram em fase de crises culturais. Os pontos de Cultura trabalham em cima dos direitos culturais das comunidades, desenvolvimento local, prestar melhores condições de vida, apreciação de talentos locais e potencialização das atividades econômicas culturais.

No texto “Ação agente cultura viva: contribuições para uma política cultural de juventude”, Vilutis (2011) relata que o perfil dos beneficiados por essa ação compreendia idade entre 16 a 24 anos, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo; estar cursando o ensino fundamental ou médio – sendo que 25% dos auxílios poderiam ser para os jovens que já concluíram o ensino médio, não possuir experiência prévia no mercado de trabalho formal/ou desempregado e ter interesse pelo curso proposto ou já desenvolver atividades culturais. Priorizaram-se os quilombolas e afrodescendentes, os indígenas, os egressos de unidades prisionais ou que estejam

cumprindo medidas socioeducativas, os portadores de necessidade especiais e os trabalhadores rurais.

A ideia da Ação Agente Cultura Viva tinha a perspectiva de gerar empregos dentro do espaço cultural para esse público, o programa tinha a intenção de inseri-los em atividades que estivesse mais perto de suas realidades, como também executassem ações que despertassem seus interesses (VILUTIS, 2011, p. 116). De acordo com o Termo de Cooperação entre o Ministério da Cultura (MinC) e quanto do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), existe uma responsabilidade conjunta de conduzir esses jovens em suas atividades, pois se não fizer isto, perde sua natureza de base de apoio juvenil cultural (BARROS & ZIVIANI, 2011, p. 116).

Assim, pode-se refletir de que medida o trabalho desenvolvido pelos Pontos de Cultura atuam em consonância com os conceitos de autonomia, protagonismo, trabalho em rede, empoderamento, gestão compartilhada e capacitação – que orientam o Programa Cultura Viva – representando um movimento que aponte no sentido da transformação na sociedade? É importante salientar, no entanto, que essa pesquisa se encontra em andamento, limitando-se mais a levantar questões, apresentando as bases teóricas que fundamentam este estudo, e algumas conclusões parciais até aqui formuladas.

5 A Lei nº 103/2009 da Política Pública da Cultura em Grajaú/MA

Antes de entrarmos na análise do Ponto de Cultura Brilho da Noite, vamos entender um pouco sobre a Lei nº 103/2009 que é a Lei municipal da Política Pública de Cultura de Grajaú que assegura as atividades culturais do município, buscando exercer o papel da democracia e observar o comportamento das sociedades, as leis de cultura tem como objetivo dar o suporte financeiro aos pontos de cultura e as atividades culturais desenvolvidas por estes.

Art. 4º - A política cultural do Município compreende o conjunto de ações desenvolvidas pelo poder público na área cultural e tem como principais objetivos:

I – Criar condições para que todos exerçam seus direitos culturais e tenham acesso aos bens culturais;

II – Incentivar a criação cultural;

III – Proteger e preservar os bens que constituem o patrimônio cultural municipal, prevenindo a ocorrência de danos;

IV – Promover a conscientização da sociedade com vistas à preservação do patrimônio cultural municipal;

V – Divulgar e promover o patrimônio cultural do município;

VI – Promover a função sociocultural da propriedade.

A Secretaria Municipal de Cultura é o órgão responsável por coordenar as atividades culturais do município; promover o desenvolvimento das atividades de interesse cultural da coletividade; apoiar a realização de atividades culturais e artísticas com vistas ao desenvolvimento, identificação, valorização e divulgação da cultura e da arte popular da região e administrar os espaços culturais mantidos pela Prefeitura de Grajaú Maranhão.

A estrutura do financiamento da política pública de cultura no Brasil ainda é considerada jovem, pois sua existência deu-se a partir da Lei nº 8.313/1991 que deu condição para o surgimento do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) que tem por objetivo fomentar o acesso às produções e as divulgações culturais em si por meio três formas:

- Incentivo Fiscal (LIC)
- Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e
- Fundo Nacional da Cultura (FNC).

O LIC é conhecido como impulsionador, estimulando o incentivo à cultura por meio da renúncia fiscal, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, aplicando esses recursos em projetos culturais que antes estavam cadastrados no Ministério da Cultura (MinC), o qual foi transformado na Secretaria Especial da Cultura (SEC), pelo Salic (Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura).

Já o Ficart não foi posto em ação. Este tinha por objetivo dividir com os incentivadores os lucros de projetos de cunho comercial, sendo fundos de captação que trariam lucro ao incentivador.

O FNC é compatível com o Pronac, disponível para dirigir recursos para os projetos culturais, a partir de doações ao fundo (COSTA; MEDEIROS; BUCCO, 2016, p. 182).

Para que determinado projeto seja aprovado para captação de recursos, eles passam por uma Comissão Nacional de Incentivo à Cultura o CNIC, órgão que subsidia as decisões finais sobre a aprovação do projeto; contudo essa avaliação não é um julgamento de mérito (GRUMAN, 2010, p.166). A comissão é composta por 21 membros, sendo formado por integrantes da sociedade civil e, também, do poder público, sendo o ministro e os presidentes das instituições culturais do Ministério da Cidadania, nada fora do status *quo*, onde esses representantes são escolhidos pelo próprio ministro (BRASIL, 2022).

A Lei da Política Pública da Cultura pode ser entendida como o conjunto de iniciativas e medidas de apoio institucional desenvolvidas pela administração pública ou instituições civis, empresas ou grupos comunitários na perspectiva de orientar o reconhecimento, a proteção, o estímulo de determinados aspectos sociais que conferem identidade (SIMIS, 2007, p. 133).

Nesse sentido, nas sociedades atuais, não se admite mais que o governo de uma municipalidade possa ser conduzido sem um Plano de Governo moderno, dinâmico e composto de Plano Global e Planos Setoriais, concebidos com metodologias de planejamento de gestão. Os municípios brasileiros passarão, por um dos mais

importantes acontecimentos na vida política e o principal instrumento na tomada de decisão sobre quem votar é o Programa de Governo, fundamental para conferir a transparência e clareza aos compromissos e às propostas do candidato (MOTA et al., 2020, p. 93).

A cidade é o território onde as pessoas vivem, trabalham, produzem, criam suas famílias e desenvolvem suas potencialidades e seus talentos. Para isso, precisam de bens e serviços que em grande parte dependem da atuação do poder público municipal, como é o caso da Saúde, da Infraestrutura, da Educação, da Cultura e do Esporte e Lazer (ROLIK, 2017, p. 69).

O Poder Público Municipal é um elemento chave para aglutinar as forças capazes de abrirem novos horizontes para o desenvolvimento de Grajaú. O seu papel na conjuntura atual é mais complexo do que foi no passado, pois além das funções sociais ele passa a ser promotor do desenvolvimento econômico. O Prefeito de uma cidade como Grajaú deve buscar uma assessoria técnica que lhe informe sobre as grandes mudanças no mercado estadual e nacional e os procedimentos fiscais e políticos adequados para atrair novos investimentos que gerem riqueza, emprego e renda e o desenvolvimento social.

5.1 Grajaú e seus destaques culturais

Culturalmente, Grajaú apresenta alguns destaques, como na literatura sendo que a cidade possui sua própria Academia de Letras e Artes, com sua sede inaugurada em 06 de julho de 2019, onde estão reunidos os pensadores, escritores e organizadores dessas questões.

Em se tratar das manifestações culturais que a cidade possui, podemos mencionar: arraial Zeca Teixeira, ao qual é realizado a mais de 30 anos, comemorando as tradições juninas em homenagem ao gritador de quadrilha carnavalesco e artesão José Teixeira Filho, com abrangência regional do Centro-Sul do Maranhão, celebra culturas nordestinas, com destaque para o concurso de quadrilhas Municipais e regionais, sendo os grupos de quadrilhas Mocidade Junina e Forasteiros os principais representantes locais. O Arraial se realiza no centro da cidade em frente à Catedral Nosso Senhor do Bonfim, a fim de intensificar a cultura nordestina da região, pois envolvem danças e

comidas típicas do Nordeste; outra bastante significativa para Grajaú é a tradicional realização da Exposição Agropecuária de Grajaú (EXPOAGRA), com o apoio da Associação dos Criadores do município de Grajaú (ASCIGRA), a qual é realizada no Parque de Exposições Zezé Santos há mais de 40 anos, esse evento traz para a cidade muitas movimentações econômicas e são lá expostas obras culturais, feiras de exposições e artes, sendo sua maior atração à exposição do Agronegócio local.

Figura 7 – Arraial Zeca Teixeira



Fonte: Google fotos

Figura 8 – Exposição Agropecuária de Grajaú



Fonte: Google fotos

Podemos citar também, o festejo Nosso Senhor do Bonfim, a ser realizar na Catedral do Nosso Senhor do Bonfim, o festejo acontece por uma semana qual é celebrado o padroeiro da cidade, celebrado no dia 14 de setembro, é uma festa tradicional religiosa que acontece há muitos anos.

Podemos citar também a Banda de música Maestro Torquato Lima fundada em 1985 e é patrimônio cultural de Grajaú, onde realiza relevantes serviços à comunidade grajauense; festa do “moqueado”, pertence à celebração tradicional indígena conhecida como “festa da menina moça”, significa a fartura de alimentos e a passagem das meninas para condição de mulher; temos também os tradicionais festejos natalinos, são feitas decorações no tradicional presépio montado em frente à catedral; como também a encenação da Paixão de Cristo que percorre por algumas ruas da cidade, visitando altares enfeitados pelos fiéis; as festas carnavalescas, a se realizar na Praça Raimundo Simas, como também os bailes com mais de 15 anos de tradição; aniversário da cidade que acontece em 29 de abril com a participação de bandas locais; sem esquecer-se de

mencionar sobre as grandes manifestações de Bumbas-bois, na intenção de resgatar a cultura local, o foi criado em 09 de abril de 1991 a Bumba meu boi Brilho da Noite, este que ficou como base de reconhecimento e imagem de todos os Bumba-boi que já existiram culturalmente em Grajaú. E este ainda permanece vivo sob os cuidados do Sr. João da Cruz Atenas, capoeira, festa do Divino Espírito Santo e entre outros.

A cidade já palco de Festivais de músicas, tendo como objetivo a descoberta de novos talentos. Os jogos escolares grajauenses (JOEG'S), antes o enfoque nessa área da cultura era muito forte, hoje ele já perdeu um pouco de espaço na comunidade, talvez por falta de interesse da sociedade em participar ou até mesmo por falta de financiamento/estruturas para que os jogos possam acontecer, os competidores eram levados para praticarem esportes em diferentes tipos de jogos, e no final havia a competição entre as escolas, para no final fazer a premiação.

Muitos eventos culturais deixaram de acontecer em Grajaú, talvez por falta de apoio das instituições municipais, estaduais e federais, e isso acarreta uma série de prejuízos à comunidade local, pois contribui para que a cultura local vá se perdendo com o passar do tempo.

5.3 O bairro Trizidela e o Ponto de Cultura Brilho da Noite

O Ponto de Cultura Brilho da Noite foi fundado por João da Cruz Atenas nasceu em 18 de dezembro de 1957 na cidade de Teresina-PI, sua mãe faleceu quando tinha nove anos de idade e é pai de sete filhos. Chegou à Grajaú em 1984, conhecida popularmente como Mestre Atenas, é pintor, artesão, compositor, poeta, artista plástico, figurinista, organizador de eventos percussionista, cavaquinho mestre da cultura popular e membro da Academia Grajauense de Letras e Artes.

O ponto está localizado no bairro Trizidela, na Avenida Antônio Borges, Grajaú – MA, às margens do Rio Grajaú, historicamente, o bairro é um dos mais velhos da história de Grajaú e apresentam traços de antiguidade e sua população são pessoas mais idosas. O bairro faz ligação com o centro da cidade através da ponte de tábua (Ponte Pênsil), inaugurada em 20 de janeiro de 1972 pelo prefeito Livino de Sousa Rezende. Inclusive, o bairro tem o histórico de inundações em tempos chuvosos, na última ocorrida em janeiro de 2022, a mesma adentrou o bairro e deixou muitas pessoas

desabrigadas e o ponto de cultura que está situado no local foi alvo dessa inundação, ao qual perderam muitos objetos e estruturação do ponto.

Não se sabe a data certa da fundação do bairro, mas de acordo com conhecimentos populares foi um dos primeiros bairros da cidade, visto que, a cidade nasce às margens do Rio Grajaú, em meados de 1811. Grajaú está situada no Estado do Maranhão, possuindo área territorial cerca de 8.842,782 km². Sua população, de acordo com a estimativa populacional de 2022 foi de 70 692 habitantes.

Figura 9 – Ponte Pênsil



Fonte: sedetic Grajaú.

Figura 10 – inundação Rio Grajaú



Fonte: imirante Grajaú.

O capítulo a seguir corresponde à pesquisa realizada no Ponto de Cultura Brilho da Noite em Grajaú – MA, buscamos conhecer um pouco de sua história e sobre as atividades desenvolvidas do ponto em questão. O Ponto estudado foi fundado em 09 de abril de 1991, sendo a maior expressão cultural do da cidade e uma organização sem fins lucrativos.

Das atividades que foram desenvolvidos pelo ponto em questão foram: oficinas de indumentária de bumba meu boi, aulas de percussão, cursos de digitação, aulas de violão, capoeira, maculelê e cacuriá; aproximadamente 62 alunos participaram das atividades. Em 2015 todos os pontos de culturas pararam, e desde então o grupo só fazem anualmente suas atividades culturais através do grupo do bumba meu boi.

Figura 11 - Bumba meu boi brilho da Noite



Fonte: cultura Grajaú

O primeiro espaço do Ponto de Cultura Brilho da Noite, com o apoio da secretaria de cultura foi no bairro rodoviário, na Rua Amaral Raposo, pois após a aprovação do projeto, o estado solicitou que tivessem um local, ao qual foi cedido um espaço provisório. No entanto, após meses de estadia, o prédio começou a apresentar riscos e má infraestrutura e foi necessária a mudança e algum tempo depois, mudou-se para onde está situado hoje.

Figura 12 – ponto de cultura Brilho da Noite



Fonte: foto do autor.

Figura 13 – ponto de cultura Brilho da Noite



Fonte: foto do autor.

Ao entrevistar o administrador do ponto de Cultura Brilho da Noite, João da Cruz Atenas, ele relatou que busca dar retorno nas atividades, no objetivo de trazer a comunidade local os direitos culturais. Em vista de tudo que foi debatido é evidente que

o ponto passa por sérios problemas e para realizar suas atividades, pois sua infraestrutura e orçamento estão bem precários. Em janeiro de 2022, houve uma enchente do rio Grajaú e foram perdidos muitos documentos importantes e alguns objetos utilizados nas atividades dos participantes do ponto.

Figura 14 – destroços da enchente



Fonte: foto do autor.

Figura 15 – destroços da enchente



Fonte: foto do autor.

É importante destacar que o Ponto de Cultura Brilho da Noite só foi aprovado em 2008, já havia sua existência antes, mas não como algo reconhecido e registrado pelo estado, se tratava de um pequeno grupo cultural que teve origem em 1991. E desde então, iam trabalhando e fazendo suas manifestações conforme as condições de cada um, visto que, não tinham nenhum tipo de contribuição para realizarem suas atividades.

Sabe-se que não existe nenhum espaço cultural para desenvolver atividades culturais em Grajaú, pois o único trabalho que aconteceu foi através do ponto de cultura, e agora não se encontra em crise com os recursos financeiros e assim não consegue ofertar tais atividades. Essa situação é muito lamentável, visto que a cultura da cidade vai se acabando aos poucos, e é perceptível que não há interesse das autoridades locais para reativar esse ponto e nenhum interesse da comunidade em lutar por isso. Dessa maneira, o Ponto de Cultura Brilho da Noite é considerado o único ponto que já existiu na cidade e a ofertar tais benefícios a comunidade.

Srº. Atenas contou:

É de conhecimento geral que Grajaú não possui nenhum trabalho social cultural e que a arte cultural dá a oportunidade de mudança nas

peessoas, pois se faz com boas intenções nos ajuda a sermos pessoas melhores. Porque se houver vontade e alguém para incentivar, a mudança acontece, e a arte cultural trabalha isso nas pessoas e podemos ainda através dela trabalhar para mudar uma sociedade inteira.

Os Pontos de Cultura podem envolver um público bastante diversos, como o envolvimento de crianças, jovens e adultos, podendo ser de ambos os sexos, comunidades indígenas, grupos de baixas condições sociais e entre outros.

Relatou:

O ponto de cultura é muito importante, pois se ainda estivesse em ação despertaria o interesse de muitas pessoas, contam com o incentivo da criatividade, práticas educativas culturais, produções artísticas e entre outros.

Durante os anos de 2010 a 2015 receberam um total de 180.000,00. Ao qual eram pagos em valores parcelados, essa contribuição colaborou para o ressarcimento de custas e pagamento dos colaboradores. No entanto, em 2015 os pontos de culturas pararam por conta da conjuntura política do país na época, a qual passou pelo processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Diante da crise e em consequência dessa, a cultura foi fortemente afetada, no que resultou uma crise cultural, tanto na cultura em geral, como na cultura grajauense, esta que já não andava tão bem. Com a paralisação do custeio que recebiam do governo, muitos pontos de culturas pararam definitivamente, pois a verba que era fornecida aos pontos causou grande prejuízo. A ajuda financeira garante que os Pontos de Cultura consigam equilibrar os gastos com os projetos que já possuem.

Sabe-se que para manter um ponto de cultura é necessário muitos gastos, apoios e reconhecimento. O Ponto de Cultura Brilho da Noite está esquecido pela comunidade, pelo município e pelo estado, somente o Sr. Atenas que vem trabalhando diariamente por vontade própria e sem nenhum tipo de contribuição, trabalhando todos os dias para tentar salvar o ambiente e resgatar a cultura grajauense dessa crise cultural.

Um Ponto de Cultura só se realiza quando articulado em rede, pode haver um trabalho cultural vigoroso na comunidade e ele até pode ser desenvolvido com autonomia e protagonismo local, mas se não houver predisposição para receber e oferecer modos de interpretar e fazer cultura, se não houver abertura para ouvir o “outro” não será um Ponto de Cultura”. (TURINO, 2009, p. 77).

Um ponto de cultura precisa de verbas para se manter para poder desenvolver suas atividades, e sem perspectivas de uma retomada, o Ponto de Cultura Brilho da Noite pode parar de desenvolver seus projetos. Cabe mencionar que mesmo com tantos anos de atuação do ponto de cultura Brilho da Noite, grande parte da comunidade não conhece o trabalho que já foi desenvolvido, ou seja, muitas pessoas nem sabem da existência, é visto como algo desconhecido.

6 Crise da Política Pública da Cultura Viva e os impactos sobre o Ponto de Cultura Brilho da Noite

Os Pontos de Cultura no Brasil chegaram à média de 3.000 em vários municípios do país segundo uma pesquisa do IPEA 2009, e isso foi um grande desenvolvimento cultural para o Brasil, entretanto chegamos a um momento de estado de decadência, uma vez que os governos começaram a cortar as verbas dos pontos.

As Políticas Públicas de Cultura são organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado (TURINO, 2010, p. 24).

Assim, o autor conceitua Políticas Públicas por sociedades que estabelecem um elo de parceria com o Estado, e nessa reflexão, entende-se que os pontos de cultura são um exemplo de política pública, visto que estabelecem pactos com o Estado a fim de que sejam reconhecidos e recebam benefícios para seus sustentos.

Sabendo da importância das Políticas Públicas e sua trajetória ao longo dos anos no Brasil, Lima (2017, p. 13) afirma que:

As Políticas Públicas tornam-se grandes instrumentos de garantia ao bem-estar social, percebe-se que no Estado Democrático de Direito, a garantia dos direitos fundamentais e sociais estão cada vez sendo mais perseguida, pois estes se complementam, visto que a falta de um, conseqüentemente influencia na garantia de outro. Nesse sentido como o objetivo do Estado é garantir a efetivação da paz e bem-estar social, então pode-se inferir que não se trata somente de um direito elencado na Constituição Federal, mas primordialmente um dever do Estado de criar políticas públicas capazes de efetivar a garantia desses direitos de forma plena e satisfatória (LIMA, 2017, p. 03).

No contexto brasileiro, Reinach (2013, p.11) afirma que:

[...] em se tratando de políticas públicas, em meados do ano de 1930, surgiram as primeiras atividades sistemáticas no que tange a

mobilização de conhecimento de base científica para servir de subsídio para a formulação de políticas públicas no Brasil, através da implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista (REINACH, 2013, 2013, p. 11).

Esse período ficou conhecido como a “Era Vargas”, que compreendeu os anos de 1930 a 1945 e de 1945 até 1954, onde o presidente daquela época Getúlio Vargas cumpriu a meta de organizar o a “engrenagem” do Estado segundo o modelo burocrático weberiano, o qual os funcionários eram recrutados por meio de concurso público. (LEITE JÚNIOR, 2009, p. 180).

Política pública, comumente referida no plural, políticas públicas, é uma concepção institucionalizada para a solução de problemas públicos que afetam uma coletividade (SANTOS, 2007, p. 41). O ciclo das políticas públicas é constituído das seguintes fases: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (BREUS, 2007, p. 67).

O Estado, através da realização de políticas públicas, atende a diversos interesses dos múltiplos setores da sociedade (GUIMARÃES, 2016, p. 74). Entretanto, toda e qualquer política estatal despense recursos públicos, seja na forma de dinheiro, seja no tempo gasto pelos funcionários do Estado para implementá-la (RITT & DE OLIVEIRA, 2016, p. 78). Dentre estes temas, incluem-se gênero e políticas públicas; geração de emprego e renda, gestão ambiental e cultural; racionalização de gastos e aumento de arrecadação municipal; transparência e controle da gestão pública; novos arranjos institucionais, dentre outros (RITT & DE OLIVEIRA, 2016, p. 82).

As políticas públicas não são todas iguais: elas se organizam de acordo com a natureza dos recursos e o motivo de sua existência. Em um dos tipos de categorização mais comuns, podemos dividi-las em distributivas, redistributivas, constitutivas e regulatórias (SCALON, 2011, p. 49).

A elaboração de políticas numa crise é diferente da elaboração de políticas em situações habituais. Como indica a literatura, os atores políticos em situações de crise têm que lidar com muitos desafios diferentes: eles enfrentam problemas complexos para os quais não estão disponíveis soluções prontas (BACELAR, 2003, p. 1). Eles estão sujeitos a uma alta incerteza que é criada não apenas pela complexidade dos problemas subjacentes, mas também pela singularidade da situação em que os agentes não podem

ter nenhuma concepção sobre quais resultados possíveis são prováveis e, portanto, quais são seus interesses em tal situação de fato. E, finalmente, eles são muitas vezes pressionados pelo tempo e têm que chegar a decisões de longo alcance dentro de um prazo de 24 horas ou menos (FREY, 2009, p. 21).

Esta, talvez um pouco exagerada, descrição da formulação de políticas na crise desafia as teorias existentes de formulação de políticas públicas. Se políticas altamente complexas têm de ser decididas dentro de várias horas e se os atores políticos são altamente incertos não só no que diz respeito ao que podem ser soluções políticas apropriadas para um problema, mas também no que diz respeito aos seus próprios interesses – como podem os estudiosos de políticas públicas analisar sistematicamente as forças que explicam o resultado da política? E que teorias nos ajudariam a analisar o processo de tomada de decisão em tais situações? Essas perguntas são tema de muitos estudos em políticas públicas no Brasil e no mundo há muitos anos (RUBI et al., 2011; MORHAIM & POLLACK, 2013; BOIN & HART, 2003; MARQUES & FARIA, 2018).

Por fim, o nexu constitutivo entre a cultura e a política ao reivindicar determinadas características da sociedade contemporânea, como o papel da subjetividade e a conseqüente emergência de novos sujeitos e direitos sociais. Ampliando o espaço do político, a terceira dimensão da nova cidadania estrategicamente “[...] reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática.” (DAGNINO, 1994, p. 104 apud. BARBALHO, 2018, p. 240).

Como vimos, o Ponto de Cultura Brilho da Noite se encontra nesse processo de enfraquecimento por conta da crise na Política Pública de Cultura Viva, pois houve essa paralisação do recebimento de verbas dos pontos pelos governos, pois foram tirando dinheiro e o suporte foi diminuindo, gerando assim uma grande crise financeira aos pontos e dessa maneira eles não conseguiram se manter sozinhos, pois sem o principal ponto de apoio destinado a eles não existia mais e já estavam aptos a receberem a colaboração do governo para o sustento de suas atividades.

Turino (2013) coloca em seu texto que o desmonte da Política Pública de Cultura Viva aconteceu através de:

Foi esse caldo de cultura que arrou um terreno fértil para a experimentação de políticas públicas participativas e inovadoras; A inclusão social foi a marca do novo ciclo governamental iniciado em 2003, os dados são incontestáveis. Todavia, apesar do forte componente inclusivo da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura (“reconhecer e apoiar grupos sociais e culturais historicamente alijados”), o programa pretendia além, apresentando o componente emancipatório, alicerçado no tripé autonomia/ protagonismo/ empoderamento. Por diversas vezes, eu próprio dizia que o grande indicador de êxito do programa estaria na “perda do controle”, o que era uma contradição para alguém que ocupava cargo de gestão de Estado; A lógica do Estado é a lógica da imposição e controle. Porém, a lógica do Cultura Viva era outra: “do Estado que impõe para o Estado que dispõe”, “do Estado que controla para o Estado que está disposto a perder o controle”. A imposição e controle do Estado são estabelecidos pela técnica (principalmente quando técnica se transforma em ideologia), que se traduz na burocracia, com suas normas, portarias, decretos e leis, e habitus (no conceito de Bordieu) burocrático, como uma maneira de ser do aparato de controle estatal. Aí reside a contradição entre a lógica de um governo reformista e com proposta de inclusão social, mas subordinado à lógica de controle de Estado e de manutenção do equilíbrio de poder que o sustenta. Como o Cultura Viva se propunha ir além da inclusão, houve o embate e o programa travou (TURINO, 2013, p. 2-3).

Nessa reflexão, na implantação do programa era tudo mais fácil, por ter uma grande representação simbólica, existindo ainda um espaço destinado ao Cultura Viva para pensarem sobre suas políticas. Diante disso, as Políticas Públicas de Cultura Viva surgiram através de uma pequena oportunidade posta diante deles, mas que não durou muito, pois pouco tempo depois aconteceu o seu desmonte. Pois é evidente que quando existe interesse político dentro de determinado assunto as coisas tendem a alavancarem, mas se contrário a tendência é a decadência.

Durante o Governo de Dilma Rousseff essa pequena abertura para o surgimento do Cultura Viva se tornou ainda menor. Nesse sentido, a cultura foi substituída pela economia criativa, ou seja, aquilo que existe um interesse do Estado, como se depreende abaixo:

[...] Cultura Viva diz respeito à pluralidade da vida, de suas expressões e desejos, mas o mundo da técnica transforma tudo em coisa, até mesmo a gratuidade da vida. Com isso, Oficinas de Conhecimentos Livres tiveram que ceder lugar à Economia Criativa (TURINO, 2013, p. 3).

Desse modo, diante de tais problemas postos ao Programa Cultura Viva ele vem sofrendo um retrocesso e uma crise muito grande. No entanto, o declínio do programa não significa que as manifestações Culturais pararam, muitos pontos conseguiram retomar suas atividades ao longo desses anos através de ações coletivas por via das teias que são bastante significativas para esse processo de empoderamento. E não devemos pensar que a Cultura Viva acabou/morreu, ela permanece viva como o próprio nome já diz, permanece viva naqueles que amam e lutam pelo fazer cultural.

O Ponto de Cultura Brilho da Noite se encontra hoje em crises com as Políticas Públicas de cultura, pois ante ao exposto o referido ponto não possui nenhuma assistência que o ampara, o ponto vem se sustentando por condições próprias tendo o “Bumba meu Boi Brilho da Noite” como única resistência e expressão cultural do município. O ponto procura meios viáveis para retornar com as suas atividades, na intenção de que possa resgatar a cultura local.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui propostas neste trabalho tendo por base o Programa Cultura Viva buscou-se enfatizar que a política pública é mais que um conjunto de objetivos registrados num papel, um público-alvo e ações que devem ser desempenhadas ao longo de um período. Trata-se de disputas ideológicas que perpassam toda a uma sociedade.

A cultura é muito importante para Grajaú, pois ela oferece a formação da identidade dos jovens, visto que é um elemento que trabalha na transformação dos indivíduos, contribui também na formação cidadão fazendo com que o sujeito tenha um autoconhecimento de si, criatividade, empatia e entre outros. Existe uma série de benefícios que a cultura proporciona, através do investimento em cultura é proporcionada à comunidade uma melhor socialização, uma melhor qualidade de vida para pessoas em situações de vulnerabilidade social como tirar do mundo das drogas e do mundo da criminalidade, inserindo essas pessoas em atividades culturais, a fim de que se tornem cidadãos melhores, como também o respeito por costumes diferentes e tudo aquilo que cabe dentro do ambiente cultural. A cultura nos dá o prazer de ser alguém melhor, fazer algo que ajude na nossa identificação social e a pertencer a um ambiente acolhedor da diversidade.

No geral, acredita-se que um olhar histórico voltado ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelo Cultura Viva nos coloca mais próximos da percepção de que, apesar da concepção de mediação e maior diálogo entre o Estado e a sociedade, não podemos tratar o processo de implementação política como algo simples e com desenvolvimento homogêneo. Os problemas de gestão enfrentados ao longo destes dez anos pelo Programa Cultura Viva nos auxiliam a remontar e entender transformações na própria sociedade.

Diante disso, o Ponto de Cultura é um conceito de Política Pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos.

Neste sentido, é pertinente falar que os Pontos de Cultura fazem parte de uma troca de ideias e saberes distintos, assim como atividades culturais, como o compartilhamento dos saberes artísticos dos gestores. E por conseguinte, se torna um espaço para a reflexão das políticas culturais brasileiras.

De uma forma geral, esperamos ter contribuído para a reflexão e análise sobre o histórico de atuação do Programa Cultura Viva, mas também ter colaborado com o debate sobre as ações contemporâneas no campo da cultura. De uma maneira geral, estamos lidando com processos ainda em formação, permeando diversos campos do conhecimento, e possibilitando diálogos multidisciplinares e que orientaram a formação deste trabalho.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Márcio de Freitas do. **Culturas juvenis e experiência social: modos de ser jovem na periferia.** 2011.

ARAÚJO, Suzana Almeida et al. **Jovens identificados como autores de abuso sexual: sentidos da violência.** 2008.

AROSTEGUY, Agustín; GOMES, Christianne Luce. **Lazer, território e política cultural pública: a noção de comunidade nos pontos de cultura/cultura viva.** *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2020.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios.** Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, p. 01-10, 2003.

BARBALHO, Alexandre. **Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer.** *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 239- 259, 2018. Disponível em:

BARBALHO, Alexandre; BEZERRA, Jocastra. **As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos.** *Pragmatizes-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, p. 67-81, 2015.

BARROS, José M.; ZIVIANI, Paula. **O programa Cultura Viva e a diversidade cultural.**

BARBOSA, F.; CALABRE, L.(Edits.). **Pontos de cultura: olhares sobre o programa Cultura Viva**, p. 61-89, 2011.

BENADERET, Vanessa Abdo et al. **(Des) construção de uma relação: juventudes e violência letal sob o olhar crítico da Psicologia Social.** 2014.

BEZERRA, Analúcia Sulina et al. **Cultura viva: as práticas de pontos e pontões.** 2011.

BOIN, Arjen; HART, Paul. **Liderança pública em tempos de crise: missão impossível?.** *Revisão da administração pública*, v. 63, n. 5, pág. 544-553, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. SalicNet – Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial da Cultura. VerSalic – Portal de Visualização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura. Disponível em: <<http://versalic.cultura.gov.br/#/home>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BREUS, Thiago Lima. **Políticas públicas no estado constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BRUNET, Miguel Bonumá. **A cultura popular na perspectiva da cultura viva: novas possibilidades de desenvolvimento e modernidade**. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 9, p. 15379-15395, 2019.

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. **Do do-in antropológico à política de base comunitária-10 anos do Programa Cultura Viva: uma trajetória da relação entre Estado e sociedade**. Políticas Culturais em Revista, v. 7, n. 2, p. 6-25, 2014.

CAMPOS, Ricardo Marnoto de Oliveira. **Pintando a cidade: uma abordagem antropológica ao graffiti urbano**. 2007.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania**. In: **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-118.

DAGNINO, E. **Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal**. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-66, 2005.

DAGNINO, E. States, Markets and Society: new relationships for a new development era. IDS Bulletin, [S. l.], v. 47, n. 2, p. 157-168, nov. 2016.

DE LAVOR, Igara Sampaio et al. **Visão antropológica e sociológica da cultura: o exemplo do programa cultura viva**. Grupo de trabalho: políticas culturais, p. 58. 2015.

DOMINGUES, João; ALBINATI, Mariana. **Direitos culturais: diversidade e conflito produzindo a cidade**. João Domingues, p. 16, 2017.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, n. 21, 2009.

GRUMAN, Marcelo. **Nem tanto ao céu, nem tanto a terra: limites e possibilidades da lei de incentivo fiscal à cultura.** *Revista Espaço Acadêmico*, n. 107, abr. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9332>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GUIMARÃES, Victor Chaves Ribeiro França. **Políticas Públicas: Sua importância no desenvolvimento econômico do país e das empresas e seu controle e acompanhamento pelos cidadãos, especialmente os administradores.** Juiz de Fora, 2016.

KLANG, Helena. **Cultura Viva: Políticas públicas no labirinto Brasil.** In: **conferencia, Seminário Internacional Políticas Culturais: Teoria e práxis**, Fundação Casa Rui Barbosa/Ministério da Cultura, Rio de Janeiro. 2010.

LACERDA, Alice Pires. **Democratização da cultura X democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público.** *Anais do seminário internacional. Políticas culturais: teoria e práxis*, p. 1-14, 2010.

LIMA, Deborah Rebello. **Programa Cultura Viva–10 anos: continuidades e rupturas. Desigualdade & Diversidade–Revista de Ciências Sociais**, p. 92-126, 2014.

LIMA, Virna Lumara Souza. **A trajetória histórica da ideologia neoliberal e suas implicações nas políticas públicas educacionais do Brasil.** *Revista Margens Interdisciplinar*, v. 11, n. 16, p. 15-15, 2017.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar.** SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.

MORHAIM, Dan K.; POLLACK, Keshia M. **Questões de cuidado no final da vida: uma crise pessoal, econômica, de política pública e de saúde pública.** *American Journal of Public Health*, v. 103, n. 6, pág. e8-e10, 2013.

MOTA, Francisco Lima; PINHEIRO, Cristiane Rodrigues; DENEZ, Cleiton Costa. **Percepção do processo ensino aprendizagem na educação escolar indígena: múltiplos olhares na Aldeia Morro Brancos no município de Grajaú/Maranhão.** *Research, Society and Development*, v. 9, n. 3, p. e140932519-e140932519, 2020.

MOTA, Tércio Leonardo Santos. **Percursos, gestão, entraves e desafios: a trajetória dos pontos de cultura no litoral norte e agreste da bahia.** 2012.

Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva / organizadores: Frederico Barbosa, Lia Calabre. - Brasília: Ipea, 2011.

REINACH, Sofia. **Gestão transversal das políticas públicas no âmbito federal brasileiro: uma leitura inicial.** Escola de Administração de Empresas de São Paulo. FGV, 2013.

RITT, Caroline Fockink; DE OLIVEIRA, Chaiene Meira. **Políticas públicas que garantem os direitos fundamentais: o necessário controle social para evitar e combater práticas corruptivas em sua execução.** Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia.** 2011.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** Brasiliense, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Crise e políticas culturais.** In: BARBALHO, Alexandre et al. **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas.** Salvador: EDUFBA, p. 13, 2011.

SANTOS, Adalberto Silva. **Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada.** 2007.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Estado, Políticas Públicas e Democracia no Brasil. Diversidade Cultural e Inclusão Social,** v. 1, p. 46-58, 2020.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate.** Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 1, n. 1, p. 49-49, 2011.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da Organizador; CALABRE, Lia Organizador. **Pontos de Cultura: olhares sobre o programa cultura viva.** 2011.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da Organizador; CALABRE, Lia Organizador. **Pontos de Cultura: olhares sobre o programa cultura viva.** 2011.

SIMIS, Anita. **A política cultural como política pública.** Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 133-155, 2007.

TURINO, Célio. **O desmonte do programa CULTURA VIVA e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma.** In: Revista Fórum. 2013.

VENTURA, Tereza. **Cultura Viva: encantamento e mobilização por direitos culturais. Políticas Culturais em Revista**, v. 7, n. 2, p. 63-83, 2014.

VILUTIS, Luana. **Ação agente cultura viva: contribuições para uma política cultural de juventude. Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea**, p. 111-138, 2011.

VILUTIS, Luana. **Cultura e juventude: a formação dos jovens nos pontos de cultura**. 2009.